



Bisol ganha mais uma vitória contra a imprensa no STF

O ex-senador José Paulo Bisol (PSDB-SP) ganhou mais uma vitória contra a imprensa. Dessa vez, o condenado foi o *Jornal do Brasil*, que terá de pagar indeniza o de R\$ 300 mil por danos morais. Bisol foi acusado pela imprensa de apresentar emendas superfaturadas ao orçamento da União para beneficiar o município mineiro de Buritis, na época em que era senador pelo Rio Grande do Sul. O ex-parlamentar tinha uma fazenda no município.

Os ministros da 2  Turma do Supremo Tribunal Federal confirmaram decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A corte também já condenou os jornais *Zero Hora*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* e a revista *Isto *, todos pelo mesmo motivo.

Bisol acusou o *Jornal do Brasil* de publicar notícias que continham â??uma série de acusa es falaciosas e inverídicas com o intuito explícito de denegrir a imagem política do candidato a vice-presidente da Rep blicaâ??. Em 1994, Bisol foi candidato a vice na chapa do então candidato   Presidência Luiz In cio Lula da Silva.

Depois de condenado pelo TJ fluminense, o JB recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Alegou que, â??com a modifica o do sistema normativo da denominada Lei de Imprensa, não mais se acha prevista a indeniza o tarifadaâ??.

Apesar de o STJ não ter conhecido o recurso, o ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal, determinou a subida dos autos ao STF. No Recurso Extraordinário, o *Jornal do Brasil* afirmou que o acórdão do TJ do Rio violou a Constitui o Federal. Por isso, pediu a redu o do valor da condena o nos limites previstos nos artigos 51 e 52 da Lei 5.250/67 (Lei de Imprensa). De acordo com os dispositivos, o limite   de 29 salários mínimos.

O voto

O ministro Cezar Peluso, relator, afirmou que o artigo 52 da Lei de Imprensa perdeu sua validade porque não foi recepcionada pela Constitui o. No entanto, temas controversos como este, mesmo que não constassem de forma explícita na Constitui o vigente   época da edi o da Lei de Imprensa (1967), foram consagrados de modo nítido e muito mais largo o princípio das possibilidades indeniz rias irrestritas do dano moral, sintetizando o termo como â??ofensa ao direito da personalidadeâ??. disse o ministro.

No julgamento, o relator afirmou que não existe nenhuma restri o normativa constitucional ao valor reparatório do dano moral, arbitrado pelo TJ-RJ. Para ele, também não   possível, como pretende a reclama o, encontrar na Constitui o, nem de forma indireta, cláusula restritiva para que o artigo 52 da Lei de Imprensa autorizasse reduzir o valor indeniz rio constante do acórdão atacado.

â??Não comporta garantia prévia e abstrata quanto aos critérios singulares da indeniza o a que está submetida gente que abuse no seu exercício (profissional), ou em nome da liberdade de



imprensa atue fora do raio de eficácia desse direito fundamental?», disse Peluso.

Segundo o ministro, a indenização não pode inibir ou conter o exercício da liberdade de imprensa, mas uma lei subordinada à Constituição também não pode aliviar a responsabilidade civil do causador de um ato ilícito.

«O caso de intervenção legislativa, contrária à Constituição, na disciplina dos direitos fundamentais, porque, como lei restritiva, o disposto no artigo 52 da Lei 5250/67 põe em risco o substrato do direito fundamental do direito à honra, à boa fama e à intimidade das pessoas», completou o relator.

A decisão foi unânime.

RE 44.7584

Autores: Redação ConJur